

Sumário

Lista de ilustrações	17
Prólogo	19
Introdução	25

PARTE I

Premissas e problemas na tributação da renda empresarial internacional

1 - Premissas: soberania e tributação	31
1.1 Elementos de conexão – Os princípios de delimitação da competência impositiva no plano internacional	38
1.2 Evolução dos princípios de delimitação da competência impositiva	48
1.2.1 Primeira fase: internacionalização pela filial (final do século XIX aos anos 20 do século XX)	49
1.2.2 Segunda fase: a dupla tributação internacional da renda – Da filial à afiliada (1920-1960)	50
1.2.3 Terceira fase: da afiliada à multinacional (de 1960 a 1990)	56
1.2.3.1 A multinacional como ente jurídico <i>sui generis</i> : a multijurisdicionalidade como característica base da empresa globalizada	58
1.2.3.2 A <i>vexata quaestio</i> da nacionalidade da empresa multinacional	61
1.2.4 Quarta fase: a relativização da personificação das sociedades (de 1990 até o presente)	67
2 - Problemas projetados pela globalização sobre a tributação internacional	71
2.1 Paraísos fiscais	71
2.2 O desenvolvimento tecnológico e a volatilização dos elementos da hipótese de incidência	79
3 - Conclusões provisórias: viabilidade da tributação da renda empresarial no mundo globalizado e de alta tecnologia	87

PARTE II
Alternativas de política tributária para a tributação
da renda empresarial internacional

4 - Antecedentes: personificação das sociedades comerciais e tributação	99
4.1 Tributação separada da sociedade e do sócio	101
4.2 Tributação integrada na pessoa do sócio ou na sociedade	104
4.3 A mitigação (ou crise) da personalidade jurídica	107
5 - Principais instrumentos de combate à elisão fiscal internacional	113
5.1 O <i>arm's length</i> como corolário da separação dos entes jurídicos	117
5.1.1 O preço de transferência como mecanismo de materialização do <i>arm's length</i>	123
5.1.2 Distinção entre preços de transferência e critérios de valoração aduaneira	131
5.2 O regime jurídico das CFCs (<i>controlled foreign corporations</i>)	133
5.3 A regra geral antielisiva e o planejamento tributário	137
5.4 As regras especiais antielisão	141
5.4.1 Subcapitalização ou capitalização insuficiente (<i>thin capitalization</i>)	141
5.4.2 Escolha do tratado mais favorável (<i>treaty shopping</i>)	143
6 - Técnicas de tributação no mundo globalizado	147
6.1 A tributação em bases mundiais (<i>worldwide taxation</i>)	154
6.1.1 Pressupostos teóricos da tributação da renda em bases mundiais	157
6.1.2 A tributação do investidor por lucros não distribuídos na subsidiária estrangeira	161
6.2 A tributação unitária como alternativa inovadora	169
7 - Conclusões provisórias acerca das alternativas para a tributação da renda empresarial internacional	177

PARTE III
A regulação do tema no Direito brasileiro

8 - Os tratados brasileiros para evitar a dupla tributação	183
9 - Evolução histórica – O tratamento da tributação da renda internacional no Brasil	195
10 - Arcabouço normativo em vigor – Transição da territorialidade para a universalidade	201
10.1 A visão geral da doutrina	205
10.2 A jurisprudência conflitante	216
10.2.1 Caso pendente no Plenário do Supremo Tribunal Federal – A ADI 2.588/DF e a tributação dos lucros vs a tributação dos dividendos	217
10.2.2 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça face aos princípios internacionais	225
10.2.3 A jurisprudência administrativa do Conselho de Contribuintes	235
11 - Revisão crítica da sistemática brasileira	243
11.1 Por uma adequada formulação dos pressupostos teóricos e da questão-problema	244
11.1.1 A questão da aplicação dos tratados (<i>treaty protection</i>)	253
11.2 A compreensão da legislação brasileira à luz do regime normativo das CFCs	257
12 - Conclusões provisórias – A tributação brasileira da renda empresarial internacional	263

PARTE IV
Uma proposta de sistematização

13 - Soberania tributária e lucros no exterior	269
14 - O direito do investidor à participação nos lucros e tributação ...	273
15 - Uma visão sistêmica do regime brasileiro de tributação em bases universais	279

15.1	Aspecto material da hipótese de incidência	283
15.2	A disponibilização do resultado como aspecto temporal da hipótese de incidência	284
15.3	Aspecto quantitativo da hipótese de incidência	287
15.4	Sujeição passiva	288
15.5	A questão do crédito do imposto pago e o tratamento dos prejuízos fiscais	288
16 - Conclusões provisórias – Por uma sistematização do regime brasileiro de tributação internacional		291

PARTE V

O método da tributação unitária como alternativa à tributação internacional da renda no Brasil

17 -	Conceituação do método da tributação unitária	297
18 -	A tributação unitária e as fórmulas de alocação de receitas: a experiência norte-americana	303
19 -	A controvérsia instaurada: vantagens e desvantagens	311
20 -	A manifesta compatibilidade das fórmulas de alocação de receitas com o arcabouço constitucional brasileiro	317
21 -	Conclusões provisórias: uma proposta de tributação da renda no Brasil	327
Conclusões finais		333
Referências		337
APÊNDICE		373
Dupla tributação da renda		373
1	O surgimento da dupla tributação internacional da renda	373
1.1	Conceituação do problema	373
1.2	A dupla tributação interna e internacional	375
1.3	A dupla tributação econômica e jurídica	376
2	O desafio vencido: a dupla/múltipla tributação internacional da renda – Medidas unilaterais e tratados internacionais	378

2.1	A função dos tratados na alocação de competências: os métodos disponíveis para evitar a bitributação	380
	Método da isenção integral	380
	Método da isenção com progressividade	381
	Método da imputação (<i>tax credit</i>)	382
2.2	As medidas unilaterais para evitar a bitributação	383
	ANEXO A - Países com tributação favorecida	385
	ANEXO B - Proposta Kennedy de reforma	387
	ANEXO C - Estudo UNCTAD: as 100 maiores multinacionais não financeiras por ativos no exterior	401
	ANEXO D - Alíquotas incidentes na fonte sobre dividendos pagos a residentes no Brasil	405
	ANEXO E - Proposta de legislação antielisiva (<i>CFC</i>)	407
	Índice	409